

Estado do Rio Grande do Sul
Câmara Municipal de Vereadores
Butiá

Projeto de Lei nº 003015/2012



Processo Nº 001599/2012

Data: 11/01/2012

Promovente: EXECUTIVO MUNICIPAL

Assunto: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER USO DE BEM PÚBLICO DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO PARA INSTALAÇÃO DE EMPRESA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Comissão Permanente:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BUTIÁ


Rua do Comércio, nº 610 – Fone/Fax 3652-1780
Fone 3652-5483 – E-mail: contato@camara-butia.rs.gov.br
www.camara-butia.rs.gov.br

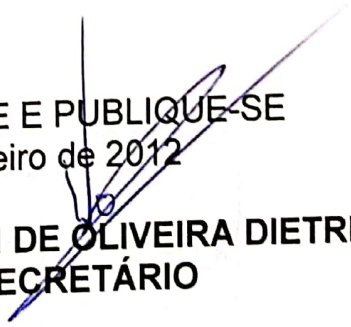
A T O Nº 001627/2012

**INCLUI, Projeto de Lei Nº 3015,
DO EXECUTIVO, NA PAUTA DOS
TRABALHOS.**

Ver. LUIS RICARDO DOS SANTOS VIEIRA, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Butiá, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, de conformidade com o artigo 34, inciso I, letra “f”, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores de Butiá, inclui na pauta dos trabalhos, o Projeto de Lei nº 3015 do EXECUTIVO.

Sala das Sessões, 11 de janeiro de 2012


Ver. LUIS RICARDO DOS SANTOS VIEIRA
Presidente

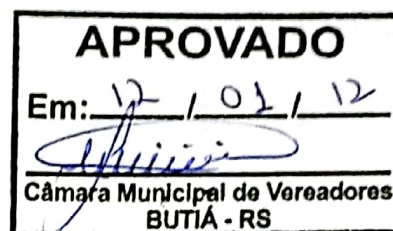

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE
Em, 11 de janeiro de 2012

Ver WALNECI DE OLIVEIRA DIETRICH
1º SECRETÁRIO

“PRESERVE A VIDA. SEJA UM DOADOR”



Butiá, 10 de janeiro de 2012.



SENHOR PRESIDENTE:

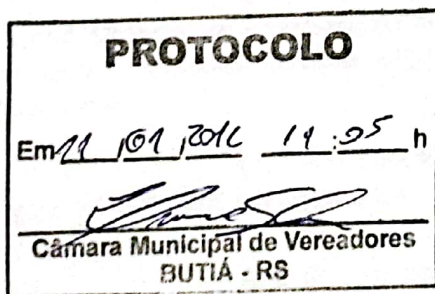
Pelo presente estamos encaminhando a essa Casa Legislativa, o Projeto de Lei em anexo, cuja matéria trata da concessão de incentivos à Empresa, nos termos da Lei Municipal nº 1961/2003.

Senhor Presidente e Senhores Vereadores e Vereadora, tal Projeto justifica-se visando a concessão de incentivo à Empresa **FORTRAL - COMÉRCIO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº 00.068.693/0001-54, direcionada ao comércio de máquinas, equipamentos agrícolas e assistência técnica, de acordo com carta de intenção, em anexo.

A Lei 1961/2003 autoriza a concessão de uso do imóvel para o fim de acoar o desenvolvimento das empresas de Butiá.

Isto, posto, Senhores Vereadores e Vereadora, e para que a Empresa possa iniciar o mais breve possível sua expansão visando geração de emprego, renda e receita em nosso Município, solicitamos a essa Casa Legislativa a apreciação e aprovação do presente Projeto de Lei, em Sessão Extraordinária.


PAULO ROBERTO FÉLIX MACHADO
Prefeito Municipal





PROJETO DE LEI Nº 305/2012

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER USO DE BEM PÚBLICO DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO PARA INSTALAÇÃO DE EMPRESA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO ROBERTO FÉLIX MACHADO, Prefeito Municipal de Butiá, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder Uso de Bem Público, de uma fração de terra de 3.500 m² contendo um prédio de 600 m² localizado as margens da BR 290, Km 175 no Distrito Industrial do Município de Butiá, para a empresa **FORTRAL -COMÉRCIO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS LTDA.**, com sua sede social localizada na **Av. José Loureiro da Silva, 1393**, no Município de **Camaquã - RS**, inscrita no CNPJ nº **00.068.693/0001-54**, com a finalidade de instalação de comercialização de máquinas e equipamentos agrícolas, peças, serviços, assistência técnica e afins.

Parágrafo Único - As despesas de terraplanagem, manutenção como água, luz e telefone serão de responsabilidade da empresa em epígrafe.

Art. 2º - Sob pena de revogação da concessão de uso da área de terra e do prédio a Empresa deverá iniciar as obras e reformas de construção de sua sede, no prazo máximo de 120 (cento e vinte dias) dias a contar da data da assinatura do Contrato de Concessão de Uso e devendo iniciar suas atividades no prazo máximo de 08 (oito) meses.

Art. 3º - A empresa compromete-se a executar na área de terras mencionadas no Artigo 1º, as atividades mencionadas no mesmo Artigo, sob pena de revogação da concessão de uso.

§ 1º - A Empresa compromete-se ainda, a manter um número mínimo de 10 (dez) funcionários durante o prazo de Cessão de Uso e não sublocar ou fazer qualquer concessão a terceiros.

§ 2º - Ocorrendo revogação ou término da concessão de uso não caberá nenhuma espécie de indenização por parte do Município à Empresa, de quaisquer obras e/ou benfeitorias realizadas na área, objeto da concessão, as quais passarão a integrar o patrimônio do Município.

§ 3º - A concessão terá o prazo de 08 (oito) anos, podendo ser renovada por igual período por Lei específica.


Art. 4º - As condições restritivas mencionadas nesta Lei deverão constar do Contrato de Concessão de Uso.




Art. 6º - As despesas decorrentes do Registro, correrão por conta da Empresa beneficiada.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
Em


PAULO ROBERTO FÉLIX MACHADO
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE
Em


EDILSON NUNES FRANCISCO
Secretário Municipal de Administração



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BUTIÁ

Rua do Comércio, nº 610 – Fone/Fax 3652-1780
Fone 3652-5483 – E-mail: contato@camara-butiá.rs.gov.br
www.camara-butiá.rs.gov.br

PROJETO DE LEI Nº 3015/2012

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER USO DE BEM PÚBLICO DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO PARA INSTALAÇÃO DE EMPRESA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO ROBERTO FÉLIX MACHADO, Prefeito Municipal de Butiá, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder Uso de Bem Público, de uma fração de terra de 3.500 m² contendo um prédio de 600 m² localizado as margens da BR 290, Km 175 no Distrito Industrial do Município de Butiá, para a empresa **FORTRAL - COMÉRCIO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS LTDA.**, com sua sede social localizada na **Av. José Loureiro da Silva, 1393**, no Município de **Camaquã - RS**, inscrita no CNPJ nº **00.068.693/0001-54**, com a finalidade de instalação de comercialização de máquinas e equipamentos agrícolas, peças, serviços, assistência técnica e afins.

Parágrafo Único - As despesas de terraplanagem, manutenção como água, luz e telefone serão de responsabilidade da empresa em epígrafe.

Art. 2º - Sob pena de revogação da concessão de uso da área de terra e do prédio a Empresa deverá iniciar as obras e reformas de construção de sua sede, no prazo máximo de 120 (cento e vinte dias) dias a contar da data da assinatura do Contrato de Concessão de Uso e devendo iniciar suas atividades no prazo máximo de 08 (oito) meses.

Art. 3º - A empresa compromete-se a executar na área de terras mencionadas no Artigo 1º, as atividades mencionadas no mesmo Artigo, sob pena de revogação da concessão de uso.

§ 1º - A Empresa compromete-se ainda, a manter um número mínimo de 10 (dez) funcionários durante o prazo de Cessão de Uso e não sublocar ou fazer qualquer concessão a terceiros.

§ 2º - Ocorrendo revogação ou término da concessão de uso não caberá nenhuma espécie de indenização por parte do Município à Empresa, de quaisquer obras e/ou benfeitorias realizadas na área, objeto da concessão, as quais passarão a integrar o patrimônio do Município.

§ 3º - A concessão terá o prazo de 08 (oito) anos, podendo ser renovada por igual período por Lei específica.



REDAÇÃO FINAL

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BUTIÁ
Rua do Comércio, nº 610 – Fone/Fax 3652-1780
Fone 3652-5483 – E-mail: contato@camara-butia.rs.gov.br
www.camara-butia.rs.gov.br

Art. 4º - As condições restritivas mencionadas nesta Lei deverão constar do Contrato de Concessão de Uso.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
Em

PAULO ROBERTO FÉLIX MACHADO
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE
Em

EDILSON NUNES FRANCISCO
Secretário Municipal de Administração


Ver. **LUIS RICARDO DOS SANTOS VIEIRA**
Presidente



LEI Nº 2.696/2012

**CONCEDE REVISÃO GERAL DE SALÁRIO
AOS SERVIDORES DO PODER
LEGISLATIVO, AOS SECRETÁRIOS
MUNICIPAIS E AOS SUBSÍDIOS DOS
CARGOS ELETIVOS, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

PAULO ROBERTO FÉLIX MACHADO, Prefeito Municipal de Butiá, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica concedida revisão geral salarial de 10% (dez por cento) aos Servidores do Quadro de Empregos e do Quadro em Extinção, bem como aos cargos em Comissão, todos do Poder Legislativo Municipal.

Parágrafo único – A revisão prevista no “caput” do presente artigo, deverá incidir também sobre o Vale Alimentação, conforme Lei Municipal nº 1871/2003.

Art. 2º - Fica concedida revisão dos subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores e Secretários Municipais, no mesmo índice de 10% (dez por cento).


Art. 3º - As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a partir de 1º de janeiro de 2012.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
Em 13 de janeiro de 2012.


PAULO ROBERTO FÉLIX MACHADO
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE
Em 13 de janeiro de 2011.


EDILSON NUNES FRANCISCO
Secretário Municipal de Administração